

## A READEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS À AGENDA GLOBAL DE EDUCAÇÃO 2030

### THE READJUSTMENT OF BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICIES TO THE GLOBAL EDUCATION 2030 AGENDA

Jociene Araujo Lima<sup>1</sup> - UECE  
Aleksandre Saraiva Dantas<sup>2</sup> - IFRN  
Maria José dos Santos<sup>3</sup> - IFRN

#### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, sob o fundamento da crítica marxista, o movimento de readequação das políticas educacionais brasileiras, criadas a partir de 2015, às diretrizes da Agenda Global de Educação 2030. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada nos autores que discutem as funções que vem sendo atribuídas à educação na política brasileira, por meio da interferência dos organismos multilaterais e nos documentos lançados pela Unesco que estabelecem diretrizes utilizadas pelas políticas educacionais brasileiras. Concluímos que a intenção da Agenda Global de Educação e as políticas que visam o desenvolvimento sustentável, não é transformar a realidade, mas mantê-la. Através do lema da educação como motor da redução da pobreza, incorporado na Agenda, o capital controla as estruturas e submete as políticas de educação à lógica do mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agenda global de educação 2030; Políticas educacionais; Diretrizes internacionais

#### ABSTRACT

This work aims to analyze, under the foundation of Marxist criticism, the movement of readjustment of Brazilian educational policies, created from 2015, to the guidelines of the Global Education 2030 Agenda. This is a bibliographic and documentary research, anchored in the authors who discuss the functions that have been attributed to education in Brazilian politics, through the interference of multilateral organizations and documents released by Unesco that establish guidelines used by Brazilian educational policies will be analyzed. We conclude that the intention of the Global Education Agenda and policies aimed at sustainable development is not to transform reality, but to maintain it. Through the motto of education as an engine of poverty reduction, incorporated in the Agenda, capital controls structures and submits education policies to the logic of the market.

**KEYWORDS:** Global education 2030 agenda; Educational policies; international guidelines

**DOI:** 10.21920/recei72023929134153  
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72023929134153>

<sup>1</sup>Pedagoga (UERN). Especialista em Educação e contemporaneidade (IFRN). Mestranda em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intemcampi - MAIE/UECE. Bolsista do CNPq vinculado ao Núcleo de estudos: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, e a linha de Trabalho, Educação, Ontologia, Estética e Formação Humana. E-mail: [jociene.araujo@aluno.uece.br](mailto:jociene.araujo@aluno.uece.br) / ORCID: <http://lattes.cnpq.br/7098333143047767>.

<sup>2</sup> Professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação (UFRN). E-mail: [aleksandre.dantas@ifrn.edu.br](mailto:aleksandre.dantas@ifrn.edu.br) . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9158-9372>. URL do lattes: <https://lattes.cnpq.br/0778696097133451>.

<sup>3</sup>Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Graduada em Serviço Social pela UERN. Assistente Social e Técnica de Gestão - da Secretaria de Assistência Social do Município de Itaíçaba/CE. E-mail: [marysantos@live.no](mailto:marysantos@live.no) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9439-2273>.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, estamos inseridos em um cenário de profunda crise causada pelo modelo de produção capitalista, definida por Mészáros (2009), como uma crise que possui um caráter crônico e sistêmico, que tem sua origem na economia, e que, hoje, perpassa todas as esferas sociais, entre elas a educação. Neste cenário de crise estrutural, a educação ganha uma destacável função, sendo pensada por vários organismos multilaterais, com o objetivo de assegurar a hegemonia do capital, por meio do seu papel amenizador das dificuldades sociais ocorridas no mundo.

Segundo Motta (2011), essa concepção de Educação exposta pelos organismos multilaterais tem total relação com a Teoria do Capital Humano (TCH)<sup>4</sup>, que mescla noções de “habilidades e competências”. Neste sentido, o Banco Mundial, como uma grande organização multilateral de gestão da educação mundial, compreende a educação como uma possibilidade de acúmulo de capital, e, conseqüentemente, como instrumento de desenvolvimento econômico, disseminando um discurso que encaixa a educação como uma solução para a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho.

Para Motta (2011) a TCH, mescla noções de habilidades e competências com a função de, através da escolaridade, aumentar o desenvolvimento econômico dos países. De acordo com Schultz (1973), a educação tem total influência na renda do trabalhador, bem como no fracasso deste trabalhador. Neste sentido, o autor afirma que, com uma maior qualificação da população, advinda da esfera educacional, mais produtividade os trabalhadores terão, elevando os lucros e impactando diretamente na economia como um todo.

Assim, podemos destacar que a educação tem sido influenciada pelas recomendações e estratégias internacionais, e essas recomendações buscam mudanças neste setor, em sintonia com objetivos do Banco Mundial. Um momento destacável dessa mudança ocorreu por meio de documentos derivados das Conferência do Movimento de Educação Para Todos (EPT), tendo destaque, neste contexto, a Declaração de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), que são documentos que orientam as políticas educacionais de educação, desde 1990 até 2015, em cenário global. Estes documentos são responsáveis por implementar reformas educativas para os países pobres, com interesse de fortalecer o setor econômico desses países, por meio da educação.

Seguindo essa lógica de homogeneização das políticas educacionais, foi aprovado um novo compromisso, agora de caráter global, enquanto recorte do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4). No Brasil, este compromisso é assumido pela Agenda Global de Educação, a partir do ano de 2015. Essa agenda tem como objetivo implementar, nas políticas educacionais, orientações para se alcançar a sustentabilidade, segundo os ditames do capital, associando sempre educação às demandas mercantis.

Saviani (2005) destaca que o principal papel e natureza da educação se relaciona com o fato de que os indivíduos precisam produzir constantemente as condições de sua própria existência por meio do trabalho. Porém, mesmo estando relacionada ao trabalho, a educação não é bem socialmente produzido como uma mercadoria, mas sim, como uma antimercadoria que tem as finalidades da produção e da reprodução da existência humana. Na atual conjuntura, o projeto que essa agenda neoliberal e os organismos internacionais defendem é um projeto de privatização da educação.

---

<sup>4</sup> Theodore W. Schultz, é considerado o principal formulador da ideia de capital humano. Ela surgiu como preocupação do professor de explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. (MINTO, 2008)

O projeto de mercantilização da educação faz parte de um projeto maior de poder da classe burguesa empresarial capitalista, a qual enxerga, na educação, a possibilidade de conseguir novas formas de lucro. Nesse sentido, a educação vem sendo oferecida como um produto de troca, prometendo a ilusão de melhores vagas no mercado de trabalho ao indivíduo com maior nível de escolaridade (CHESNAIS, 2005).

Este movimento é uma estratégia global da classe burguesa, que é escancarada a todo momento, com as fortes pressões de privatização da educação superior, no Brasil (RODRIGUES, 2007). Na educação básica, um dos principais movimentos dessa estratégia é a venda de materiais didáticos estruturados que possibilitam novos ganhos a esta classe (ADRIÃO, 2009).

Um dos principais instrumentos que tem aliado às diretrizes do Banco Mundial às demandas do capital, para o movimento de mudança e readequação da política pública educativa, com base na concretude da agenda no Brasil, é o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014. O PNE vem sendo o principal instrumento de criação das políticas brasileiras nos últimos anos, concentrando um grande esforço para seu cumprimento.

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar como tem ocorrido a adequação da política educacional brasileira, a partir de 2015, às recomendações contidas na Agenda Global de educação 2030 para a educação e o alcance do desenvolvimento sustentável.

Para isso, este trabalho está dividido em dois tópicos. No primeiro tópico será realizada, por meio da pesquisa bibliográfica, uma breve apresentação da Agenda Global de educação 2030, enquanto guia para construção da política educacional mundial.

No segundo tópico, foi investigada a adequação da política educacional brasileira, seguindo às recomendações contidas na Agenda Global de Educação 2030 para a educação e o alcance do Desenvolvimento Sustentável. Aqui, foram analisados os documentos lançados pela Unesco que estabelecem diretrizes elaboradas para as políticas brasileiras, encontrados no documento “Década das Nações Unidas da Educação para Desenvolvimento Sustentável 2005-2014”, na “Declaração de Incheon” (2016) e no documento “Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem” (2017). Assim, procedeu-se a análise das políticas educativas em cada ente federativo tendo a agenda como eixo orientador.

## METODOLOGIA

Na busca por compreender a essência real desse objeto de pesquisa e as suas múltiplas determinações, a partir da sua constituição histórico-genética, centraremos nossas análises na “[...] ontologia que fundamenta o método de Marx [...]” (LUKÁCS, 2010, p. 39), na medida em que o método não pode estar longe da concepção filosófica que orienta a leitura da realidade em sua concretude.

O método da ontologia materialista de Marx concebe a realidade histórica como uma síntese dialética de múltiplas determinações. Para compreender e trazer a aproximação entre objeto de pesquisa e a realidade, é preciso entender a relação dialética entre esses dois momentos, trazendo a superação da aparência e da imediatividade do cotidiano, procurando sempre sua essência histórico-genética. O ser e a realidade concreta são um processo, sempre, de natureza histórica. A história é produto das ações humanas, apresenta saltos, rupturas e continuidades. Nessa perspectiva, o cotidiano é apenas um momento do ser e da história, porém, é fundamental para o desvelamento da sua gênese.

A pesquisa de caráter Histórico-Estrutural-Dialético busca compreender, a partir das aparências, os significados dos pressupostos, pesquisando, buscando as raízes desses pressupostos “[...] as causas de sua existência, suas relações num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130).

Quando se busca o melhor caminho para responder ao objetivo desta pesquisa, um dos primeiros caminhos a que se remete é o caminho da pesquisa bibliográfica, uma vez que este método de pesquisa informa ao pesquisador sobre as diversas perspectivas sob as quais o assunto foi pesquisado.

Além da pesquisa bibliográfica este trabalho também se caracteriza como uma pesquisa documental, uma vez que, no objeto central deste trabalho, busca-se analisar os pressupostos que a Agenda Global 2030 traz para a política educacional brasileira. Neste sentido, o uso de documentos em pesquisa se justifica, pois eles permitem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). “[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. (CELLARD, 2008, p. 295).

A análise documental traz diversos pontos positivos para a pesquisa, pois, na etapa de análise dos documentos, o pesquisador se propõe a produzir ou reelaborar novas formas de compreender os fenômenos ali postos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada.

Assim, dando a devida centralidade à realidade histórico-concreta, objeto por excelência da ontologia materialista fundada por Marx, e no intuito de dar continuidade à compreensão e conseguir investigar a adequação das políticas educacionais brasileiras, criadas a partir de 2015, às orientações da Agenda Global de Educação 2030, foram analisados os escritos de autores que trabalham a relação entre educação e desenvolvimento sustentável.

No tocante à análise documental, foram analisadas as orientações para as políticas brasileiras, expostas nos documentos, “Década das Nações Unidas da Educação para Desenvolvimento Sustentável 2005-2014”, a “Declaração de Incheon” (2016), que traça metas para compromisso global de educação, e o documento “Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem” (2017).

## BREVE HISTÓRICO SOBRE A AGENDA GLOBAL DE EDUCAÇÃO 2030

Este tópico tem como objetivo, identificar, por meio da pesquisa bibliográfica, uma breve apresentação da Agenda Global de educação 2030, enquanto guia para construção da política educacional mundial.

Para iniciarmos esse debate é preciso enfatizar, que em setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada uma nova proposta de documento orientador para construção das políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Agora, este documento se daria em forma de Agenda, e seria composta por 17 Objetivos, com implementação entre 2015 e 2030, pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda,

articulada com 17 ODS<sup>5</sup>, representam a manutenção e continuidade das políticas neoliberais, de interesse econômico para as políticas globais de vários campos específicos, entre eles, o campo educacional, que, no Brasil, vem sendo monitorado e tem se adequando às orientações da agenda internacional e dos organismos multilaterais. Essa agenda é fruto da Declaração de Incheon<sup>6</sup>, aprovada por mais de 100 representantes de países, que defende a educação como o principal indutor para o desenvolvimento mundial.

Fruto de profundas discussões sobre os rumos que a educação deveria tomar, nos próximos anos, bem como de encontros com os mais diversos países, foi lançado, em 2016, o documento intitulado: *“Declaração de Incheon: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”*. Este documento foi responsável pela criação das metas do ODS 4 e da atual Agenda Global de Educação 2030, estando estruturado em três partes: na primeira parte, foram destacados a visão, a fundamentação e os princípios que a educação deveria ter neste novo compromisso; na segunda parte, foram estabelecidos os objetivos, abordagens, estratégias, metas e indicadores para a educação; e, por último, foram inseridas as modalidades de implementação, assim como seu monitoramento, coordenação e avaliação, sempre priorizando a questão do desenvolvimento sustentável.

A Declaração destaca metas prioritárias para os nove anos do ensino fundamental, destacando a importância de a educação ser capaz de oferecer a competência funcional em leitura, escrita e matemática, de modo que os cidadãos se tornem “cidadãos ativos” e responsáveis pelo desenvolvimento sustentável. Para isso, é recomendada, na declaração, a inserção da Educação a Distância (EaD), até mesmo de uma “alfabetização por meio de telefones móveis” (UNESCO, 2016, p. 47), como incentivo à aprendizagem informal e não crítica do sujeito.

Quando se defende uma educação para o desenvolvimento sustentável, é importante levar em consideração outra medida prevista na Declaração de Incheon, que é a concepção de que a educação deve ser uma forma facilitadora do acesso do indivíduo ao mercado de trabalho, além de defender a privatização da educação. Neste caso, a educação deve oferecer treinamento e experiências que possam ajudar na capacitação desse sujeito, de modo a facilitar a transição da escola para o trabalho, afinal, o mercado está em constante mudança e, diante das exigências do mercado, os jovens e adultos têm de melhorar suas habilidades e aprender novas, tendo em vista o emprego, o empreendedorismo ou o trabalho decente. (UNESCO, 2016).

Dentro das sete metas apresentadas na Agenda Global de educação 2030, é possível encontrar exemplos que destacam a educação como esfera reprodutora do sistema capitalista. Um exemplo é a meta 4.3 onde o documento traz que se deve “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade”. Ou seja, o documento perpassa toda visibilidade à privatização da educação, quando destaca a importância da educação a preços acessíveis. Além de se beneficiar com a ideia de privatização da educação, o capital ainda enfatiza a educação com mercadoria a ser vendida.

Assim, fica claro que a Declaração de Incheon e a agenda Global de educação 2030 defendem uma ideia neoliberal de educação, tendo como prioridade, inserir os jovens e adultos

<sup>5</sup> 17 ODS: 1. Erradicação da pobreza; 2. Erradicação da fome; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água Potável e Saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima; 14. Vida na Água; 15. Vida Terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação.

<sup>6</sup> A Declaração de Incheon (2016) é um documento que defende a educação para todos como o principal indutor para o desenvolvimento mundial. O documento assume o compromisso de defender uma educação inclusiva de qualidade e com a melhoria dos resultados de aprendizagem.

no mercado de trabalho capitalista, ou seja, transformar a educação em esfera mercantil de adequação do sujeito passivo, não crítico, porém, preparado apenas para o mercado de trabalho, visando a acumulação e a expansão do capital.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável vem sendo usado como um conceito polissêmico, que tem adquirido muita adesão, mas pouco consenso. Nessa perspectiva, é importante destacar que há uma apropriação neoliberal do conceito de desenvolvimento sustentável. Agora, este desenvolvimento sustentável tem servido à acumulação do capital, como forma de ascensão econômica, porém, tem-se colocado o desenvolvimento sustentável como esfera responsável por proteger as matérias primas naturais para que o capital o continue explorando. A educação, neste contexto de apropriação do termo, desenvolvimento sustentável, a favor do capital, tem sido uma esfera chave, pois tem sido concebida como instrumento redentor da condição social do indivíduo, além de ser indutor do desenvolvimento econômico, que é base primordial no alcance do desenvolvimento sustentável, através da adequação do indivíduo ao mercado de trabalho.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem se mostrado em contradição com sua lógica humanizadora e tem se aproximado às reproduções do capitalismo. O atual conceito imposto nas declarações mundiais de educação tem demonstrado a impossibilidade de conciliação entre uma suposta prática ecologicamente sustentável dentro do capitalismo, já que este só visa a acumulação. Sendo assim, a ideia de desenvolvimento sustentável, nesta declaração, não visa “[...] acabar com a pobreza por motivo humanitário, mas sim por motivações econômicas” (SHIROMA e ZANARDINI, 2020, p. 697).

Neste contexto, a educação ganha um novo objetivo, sendo designada “[...] a responder à pobreza e aos desafios de conhecimento do século XXI” (UNESCO, 2016, p. 02). Para isso, a UNESCO (2016) destaca que é necessário que haja uma mudança ou uma adequação na política educacional que tenha como foco as questões sustentáveis, a redução da pobreza e o fomento de trabalhadores para o mercado de trabalho.

O Movimento Educação Para Todos (EPT), em conjunto com a reforma do aparelho do Estado, são responsáveis pela implantação de políticas educacionais brasileiras que valorizam as recomendações internacionais, através de suas parcerias com o Banco Mundial e as organizações da ONU, conseguindo instalar, no Brasil, uma política educacional fundamentada na Teoria do Capital Humano, cujo corolário é a educação como instrumento de ascensão social individual e indutora do desenvolvimento econômico.

No próximo tópico iremos analisar como as orientações internacionais definidas pela Agenda Global de educação tem influenciado na construção das políticas públicas educacionais brasileiras.

## **AS REFORMAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E SUAS APROXIMAÇÕES COM AS RECOMENDAÇÕES DA AGENDA GLOBAL DE EDUCAÇÃO 2030**

Este tópico tem como objetivo investigar a adequação da política educacional brasileira às recomendações contidas na Agenda Global de educação 2030 para a educação e o alcance do desenvolvimento sustentável. Para isso, serão analisados os escritos de Altmann (2002), Cury (1998), Amado e Vasconcelos (2015), Novicki (2009), dentre outros autores que trabalham a relação entre educação e desenvolvimento sustentável. No tocante à análise documental, iremos analisar a orientação para as políticas brasileiras apresentada no documento “Declaração de

Incheon” (2016), a “Década das Nações Unidas da Educação para Desenvolvimento Sustentável 2005-2014” (2005), que traça metas para compromisso global de educação, e o documento “Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem” (2017).

As interferências dos organismos multilaterais na educação é uma constante ao longo dos documentos que regem as políticas educacionais brasileiras. Deste modo, declaramos que as primeiras aproximações entre a política educacional brasileira e as orientações internacionais da Agenda Global de Educação 2030 ocorreram antes de sua criação, por compreender que essa agenda é uma continuidade do Compromisso Global pela Educação assumido em Jomtien, em 1990. Sendo assim, temos a grande cartada do capital e seus agentes no controle da educação por meio da aprovação da Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) (BRASIL, 1996). Essa lei é responsável por inserir, na educação brasileira, um pacote de reformas educacionais defendidas e propostas pelo Banco Mundial, da qual a população não consegue ir contra.

Torres (1998) faz uma comparação entre os elementos que são exigidos pelo Banco Mundial como prioridade para a educação e as reformas contidas na atual LDB. Altmann (2002) cita alguns elementos prioritários para o Banco, como:

[...] a) Prioridade depositada sobre a educação básica. b) Melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa. A qualidade localiza-se nos resultados e esses se verificam no rendimento escolar. c) Prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização. d) Descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados. Os governos devem manter centralizadas apenas quatro funções: (1) fixar padrões; (2) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; (3) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; e (4) monitorar o desempenho escolar. e) Convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares. f) Impulso para o setor privado e organismos não-governamentais como agentes ativos no terreno educativo, tanto nas decisões como na implementação. g) Mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação como temas principais do diálogo e da negociação com os governos. h) Um enfoque setorial. i) Definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica (ALTMANN, 2002, p. 80).

Muitas dessas prioridades para a educação, defendidas pelo Banco Mundial, podem ser vistas na atual LDB (1996) e tem sido instrumento para a continuidade de várias políticas educacionais. Na época da implantação dessa lei, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu total consentimento para implementação dessa lei, ao seu ministro da educação, Paulo Renato de Souza, que, como ex-consultor do Banco Mundial, acatou todas as recomendações da agência.

Para Cury (1998), muitos são os exemplos de políticas criadas, a partir da década de 1990, com base na LDB, que seguem as orientações internacionais do Banco Mundial e o compromisso global pela educação. Com relação ao monitoramento da educação, exigido pelo Banco Mundial, esse autor cita que a LDB prevê o estabelecimento de metas e padrões de rendimento, sendo criados vários sistemas de avaliação nacionais “[...] como o Sistema Nacional

de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENC) (PROVÃO)” (ALTMANN, 2002, p. 80).

Além disso, foi reforçada a obrigatoriedade do ensino básico, criando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que têm por objetivo fixar uma referência curricular nacional para a educação básica, já que essa etapa passou a ser prioridade. (ALTMANN, 2002).

A maioria das políticas, programas e projetos criados com a LDB seguem a concepção neoliberal do Banco Mundial, até os dias atuais. Todavia, apesar das inúmeras reformas na educação brasileira nos últimos anos, reformas que tem refletido muito mais o ideário conservador de governos brasileiros, ainda há um cuidado para que as políticas educacionais respeitem o desenvolvimento sustentável, que é a nova categoria defendida, para levar adiante a educação. As políticas educacionais dos últimos anos seguem o legado da agenda educacional 2030, carregando a ideia da educação como esfera responsável pelo desenvolvimento econômico do país e adequação do indivíduo ao mercado de trabalho, fomentando a ideia de que a educação é o mais eficaz instrumento de ascensão social.

Esta concepção da educação como libertadora da pobreza tem sido orientada para o Brasil em dois documentos específicos, intitulados: “*Década da Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*” (DEDS) e “*Educação Para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: objetivo da aprendizagem*”, ambos lançados pela UNESCO, tendo a função de traçar estratégias para adequar as políticas educacionais brasileiras ao discurso da empregabilidade.

O primeiro documento investigado, cita a cartilha lançada pela UNESCO, no ano de 2005, para o todo o globo, intitulada de “*Década da Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*” (DEDS). Esta cartilha previa metas e diretrizes para a educação brasileira pautada no compromisso do desenvolvimento sustentável, tendo prazo de 10 anos (2005-2014) para implementação das metas prevista pela UNESCO. Assim, o documento defende matrizes curriculares e uma base para formação de professores pautando a educação como esfera chave do desenvolvimento das pessoas para a promoção da sustentabilidade.

Este documento tem estabelecido que vários programas e projetos da educação devem dar prioridade ao desenvolvimento sustentável, abrindo espaço no currículo e nas formações para que os alunos desenvolvam o interesse sobre a temática da sustentabilidade e promovam isso de forma autônoma. Além disso, este documento tem a finalidade de responsabilizar a educação por educar a sociedade, através do seu poder emancipador para que as pessoas desenvolvam valores, comportamentos, atitudes e capacidade de preservar o meio ambiente e promover o mundo sustentável (AMADO; VASCONCELLOS, 2015).

Se analisamos criticamente a *DEDS*, a partir de suas metas e estratégias que buscam englobar a educação como uma categoria central para promoção do desenvolvimento sustentável, percebemos que a abordagem inserida na *DEDS* associa o crescimento econômico como principal solução para o problema do desenvolvimento sustentável. Para Freitas (2006), essa ideia tem incentivado os setores neoliberais a preparar o discurso de que a educação é a maior oportunidade de as populações dos países subdesenvolvidos aumentarem suas rendas, eliminarem a pobreza e promoverem o desenvolvimento sustentável. Essa premissa, quando analisada criticamente, revela-se como uma tática do capital de responsabilizar a educação pelos desastres gestados pela lógica da reprodução do capital.

Além disso, Novicki (2009) defende que este tipo de educação, pautada somente na promoção do desenvolvimento sustentável, retira da educação seu papel crítico, confrontante da realidade, em que se busca a alteração da ideologia dominante e da ordem social vigente. Sendo assim, a crítica a este documento parte do seu pressuposto de designar, às políticas educativas, o



papel de solucionar os problemas vigentes do mercado, além de contribuir para a alienação da sociedade, para uma educação conservadora e incapaz de enfrentar o sistema vigente.

Ao final do prazo para o estabelecimento das metas da DEEDS, em 2014, começou a se pensar em novos compromissos e acordos com a educação diante do estabelecimento do atual compromisso Global pela Educação e da Agenda global 2030. Apesar de não ter alcançado por completo as metas de (2005-2014), é indiscutível como este documento foi importante no estabelecimento de uma educação voltada para as demandas da sustentabilidade.

Buscando a continuidade dessa pauta, a UNESCO lança, novas diretrizes para a educação com base na Agenda Global 2030, intitulado de “*Educação Para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: objetivo da aprendizagem*”. Este documento parte da premissa definida pela ONU e Unesco que a educação (ODS 4) é um instrumento fundamental na concretização de todos os demais ODS e da sustentabilidade.

Foi partindo desse pressuposto que a Unesco criou um guia de orientação, que traz como a educação pode favorecer a concretização de cada ODS da Agenda Global 2030. O arquivo inicia destacando a importância de compreendermos que a educação, guiada por meio dos processos da sustentabilidade defendidos pela Agenda Global de Educação, tem muito a contribuir com a concretização de uma educação sustentável, como também pode contribuir para a concretização dos ODS como um todo.

O documento está estruturado em duas partes. Na primeira, contém uma série de recomendações, em forma de receituário, como metas e estratégias que a educação pode executar. Para que cada um dos 17 ODS sejam contemplados, o documento destaca diversas maneiras pelas quais a educação pode ser implementada e que influenciará na promoção desses objetivos. Na segunda parte, o documento traz o monitoramento de como as políticas globais têm obtido resultados satisfatórios, propondo uma mudança na reestruturação da política educacional que favoreça a garantia do desenvolvimento sustentável. Além disso, o documento promove uma reestruturação na política de formação de professores, nos livros didáticos, nos currículos e nos projetos interdisciplinares escolares, voltados para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, podemos perceber que, além da Agenda Global de Educação 2030, que estrutura toda uma rede de mudança e adequação da política educacional brasileira ao desenvolvimento sustentável, também temos as pressões do compromisso e assistência da Unesco, ONU e muitos outros organismos multilaterais que têm um grande poder de controle e decisão dentro do setor da educação, favorecendo a política neoliberal, que se justifica no discurso no desenvolvimento sustentável.

A Unesco detalha que:

[...] precisamos no Brasil de políticas relevantes e coerentes para facilitar uma mudança no sistema de ensino. Em todo o mundo o Ministério da Educação tem a responsabilidade de garantir que os sistemas educacionais estejam preparados e consigam responder os desafios da sustentabilidade existentes emergentes. Isso inclui, entre outras ações, integrar a EDS em currículos e normas nacionais de qualidades e desenvolver marcos de indicadores relevantes que estabeleçam uma norma para os resultados de aprendizagem (UNESCO, 2017, p. 48).

Diante dessa colocação, inclusa no documento de compromisso brasileiro com as reformas da política educativa, a partir da agenda e dos documentos que defendem o desenvolvimento sustentável, percebemos a defesa da reestruturação ampla na política

educacional, favorecendo a ideia de educar para sustentabilidade, tendo como foco a sala de aula, a reestruturação do material didático disponível em sala de aula, os cursos de formação de professores e o próprio currículo.

Diante desses documentos que pautam a educação para desenvolvimento sustentável, é possível observar, por meio de programas e do monitoramento das metas da agenda, que várias orientações inseridas na agenda neoliberal de desenvolvimento sustentável estão sendo estabelecidas como principais orientações para a política educacional do Brasil. Desse modo, assim como ocorreu em 1990, onde as orientações do Banco Mundial foram responsáveis por grande parte das políticas criadas para a educação, dispomos, no ano de 2014, da inserção das concepções neoliberais defendidas na agenda no principal guia de construção da política educacional brasileira para as últimas décadas, que é o PNE 2014-2024.

Sancionado em 2014, o PNE é o eixo da construção das políticas brasileiras, nos últimos anos, concentrando um grande esforço para seu cumprimento. A Campanha Nacional Pelo Direito à Educação-CNDE, destaca em seu documento de monitoramento dos ODS, que há uma forte articulação entre as metas apresentadas na Agenda Global de Educação e as metas do PNE. No documento lançado pela Semana de Ação Mundial (2017, p. 06), a CNDE afirma que:

Essa contextualização e conexão dos ODS com Plano Nacional de Educação no Brasil é fundamental. Os ODS não são de natureza legalmente vinculante, o que significa que para que sejam cumpridos é preciso que cada país leve em frente a Agenda através de políticas locais, promovendo meios de implementá-las no âmbito nacional, cumprindo com a legislação existente.

Em outras palavras, através de sua natureza não vinculante entre os ODS, a agenda Global 2030 só irá conseguir concretizar-se por meio das políticas locais em cada região do Brasil. No Brasil isso tem ocorrido sem oposições, haja vista que as concepções do projeto de mercantilização da classe burguesa, empresarial capitalista, apoiada pela agenda, tem sido prioridade no país. Isso acontece porque parte significativa das mudanças e criação de novas políticas educacionais, de interesse internacional e de privatização da educação, estão sendo impostas e camufladas pelas metas do PNE, que por ser um plano nacional, além de possuir prioridade máxima de concretização no país, traz o discurso de suprir as necessidades básicas para a educação brasileira.

Além disso, é importante destacar que o PNE traz o discurso de conter as preocupações de todos os segmentos nacionais preocupados com a educação, contando, segundo seus legisladores, com a participação efetiva de movimentos sociais e de toda a comunidade educacional brasileira na aprovação do plano, seguindo as prioridades do direito mínimo à educação, quando, na verdade, ao analisar o texto e as recomendações internacionais, percebemos que o que prevaleceu no plano foram as recomendações, os ditames e interesses internacionais, no sentido que a política brasileira continue tomando o curso que o capital deseja.

Logo, observamos que, no Brasil, tem-se construído um esforço significativo, por parte das políticas públicas dos estados e municípios, para que assumam o compromisso da implantação e cumprimento desta Agenda.

Para ilustrar essa realidade, gostaríamos de destacar o quadro abaixo, que apresenta as políticas e projetos criados pelos 26 estados brasileiros que visam o alcance das metas sustentáveis.

**QUADRO 1:** Políticas e Projetos implantados nos estados brasileiros que visam o alcance das metas sustentáveis.  
(Continua)

ESTADO	POLÍTICA SUSTENTÁVEL	AÇÃO POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO
Acre	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA)	A política educacional, neste programa, é vista como uma estratégia para se atingir o objetivo geral de conscientizar os agricultores rurais a melhor aproveitar os recursos da natureza haja vista seu bom retorno econômico, neste sentido ações são realizadas em escolas e associações com o objetivo de preparar os produtores para a realização do trabalho consciente com questões sustentáveis.
Alagoas	Projeto Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas: Uma Iniciativa Integrada	A educação, neste projeto, também é vista como uma estratégia política importante de fomento dos indivíduos ao mercado de trabalho, colaborando com a qualificação do sujeito alagoano, para atuarem no mercado do turismo, tendo em vista que, em Alagoas, esta é a principal fonte de renda e possibilidade de melhorar o setor econômico do estado. Neste contexto, o projeto promove encontros defendendo a educação para o turismo, para capacitação e qualificação profissional para o setor, marketing e fomento fiscal ao trade turístico.
Amapá	O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA 2020-2023	Neste plano criado pelo Amapá, em parceria com mais 9 estados, temos um projeto exclusivo para a educação: que defende a construção de infraestrutura e modernização do ensino superior em prol do desenvolvimento sustentável do Estado do Amapá, isso acontecerá através dos aumentos dessa estrutura, como resultado deste aumento, o estado será capaz de ofertar mais projetos e programas que preparem os alunos da classe trabalhadora, em prol do desenvolvimento sustentável e econômico do estado.
Amazonas	O Plano Amazônia 2021/2022	A educação, neste plano, ficou responsável por promover medidas estruturantes na área de atuação (ordenamento territorial, Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, regularização fundiária, regularização ambiental, estrutura sanitária, saúde pública, educação ambiental, entre

		outras), na busca pela sustentabilidade e concretização das diretrizes propostas.
Bahia	Desenvolvimento sustentável no sul da Bahia	A educação na Bahia é uma esfera importante da sustentabilidade, então o projeto também visa alcançar uma educação de qualidade no estado da Bahia.
Ceará	Ceará 2050: juntos pensando o futuro	Para a área da educação temos dois projetos de forma direta: Educação Empreendedora e Educação Transformadora, o primeiro tem como objetivo principal proporcionar, aos alunos da educação básica cearense, uma aproximação dos conhecimentos práticos através de orientações pedagógicas e atividades relacionadas com o empreendedorismo, tendo a função de preparar este aluno para o futuro no mercado de trabalho, desenvolvendo no aluno o espírito empreendedor.
<p><b>QUADRO 1: Políticas e Projetos implantados nos estados brasileiros que visam o alcance das metas sustentáveis.</b> (Continua)</p>		
<b>ESTADO</b>	<b>POLÍTICA SUSTENTÁVEL</b>	<b>AÇÃO POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO</b>
Distrito Federal	<b>Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal - PDRS/DF</b>	Mais uma vez a educação, é citado como uma estratégia de para alcançar o objetivo do programa, será feito aula sobre isso nas escolas e nos sindicatos do estado.
Espírito Santo	<b>O projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS-ES)</b>	A educação é pautada, como um campo que deve ser beneficiado por essa transformação, tendo um recurso próprio para realizar suas metas. Ela também é destacada, como responsável por ajudar a criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e na qualidade de vida dos indivíduos.
Goiás	<b>Programa Gênesis, de desenvolvimento integrado e sustentável para o Nordeste do Estado.</b>	O programa prevê a construção de políticas para a educação voltadas para diretrizes sustentáveis e superação da evasão.

Maranhão	<b>Programa Maranhão Verde</b>	Para a educação, o projeto prevê a administração de projetos menores que priorize a educação ambiental e o fomento à preservação ambiental através da educação.
Mato Grosso	Programa Estadual de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.	A educação, é uma das principais aliadas para o desenvolvimento das palestras e divulgações das ações que projeto quer implementar para a população.
Mato Grosso do Sul	Programa Estadual de Conservação do Solo e Água	O programa prevê os lançamentos de cursos e minicursos, no formato virtual e presencial, na busca por criar no indivíduo, valores que lhe ajude a compreender como usar a terra, e a água para se ascender economicamente de forma sustentável.
Minas Gerais	Plano Estadual de Ação Climática	A educação trabalha como estratégia de conscientização das pessoas da importância dos gases carbono no efeito estufa. Isso será feito através de projeto próprio que será colocado em prática nas escolas de Minas Gerais, além das associações.
Paraná	Portal Sesi ODS	Diante desse projeto macro de concretizar para o desenvolvimento sustentável na área da educação, o Paraná lançou a política: <b>PRÊMIO PEÇA POR PEÇA</b> , que é uma política que visa ações e projetos que contribuem para o alcance do ODS 4 - Educação de Qualidade.
Paraíba	<b>Projeto PB Rural Sustentável</b>	A educação também é vista com uma aliada estratégica, através dela serão feitas palestra para todos os trabalhadores nos diversos municípios do estado, visando sensibilizar as pessoas que reduzir o desperdício da água pode gerar grande riquezas para o estado.
<p><b>QUADRO 1: Políticas e Projetos implantados nos estados brasileiros que visam o alcance das metas sustentáveis.</b></p> <p>(Continua)</p>		
<b>ESTADO</b>	<b>POLÍTICA SUSTENTÁVEL</b>	<b>AÇÃO POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO</b>

Pará	Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Pará	Neste projeto, a educação não é citada.
Pernambuco	O Projeto Pernambuco 2035	Este projeto tem destacado que a educação é um ponto prioritário, ou seja, serão criadas estratégias e programas específicos para se alcançar uma educação de qualidade, afinal, segundo o projeto, não se desenvolve um estado sem educação.
Piauí	Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí	Neste plano, a educação, inicialmente, encontrava-se apenas como segmento econômico, mais ligado à capacitação, ao que se convencionou chamar de Capital Humano. No entanto, para que seja possível garantir um fluxo intenso o suficiente de jovens que alimente o processo de qualificação profissional que o plano defende que Piauí necessitará, para fazer frente a todas as oportunidades presentes no estado, grandes melhorias no Ensino Fundamental e Médio se mostram obrigatórias.
Rio Grande do Norte	Projeto RN Sustentável	Este projeto prevê como objetivo geral do governo para o setor na educação, garantir a melhoria da Educação Básica do Estado, para que todas as crianças no Rio Grande do Norte tenham acesso à educação de boa qualidade, apoiando a estratégia para o setor da educação através do desenvolvimento de novos conteúdos para os currículos e programas da educação básica em busca do desenvolvimento sustentável.
Rio Grande do Sul	O projeto Futuro RS	O Futuro RS é um projeto que defende a criação de projetos menores que envolvem a educação, disponibilizando verbas para palestras e para propor uma educação sustentável.
Rio de Janeiro	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro pretende criar um projeto educacional que procure incentivar, através da educação, o estabelecimento do desenvolvimento sustentável.
Rondônia	Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia	Na educação, pretende se fazer projeto que envolve a melhora nos índices das avaliações do Estado, uma vez que estes dados baixos provam,

		que sem educação, não é possível alcançar o desenvolvimento sustentável.
<b>QUADRO 1: Políticas e projetos implantados nos estados brasileiros que visam o alcance das metas sustentáveis.</b> (Conclusão)		
ESTADO	POLÍTICA SUSTENTÁVEL	AÇÃO POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO
Roraima	Roraima 2030	A educação é um dos eixos de atuação do plano que define investir na educação como forma de superação da pobreza e alcançar a sustentabilidade.
Santa Catarina	O Movimento ODS Santa Catarina	A educação é vista com meta dos ODS que deve ser alcançada, no estado, uma vez que em Santa Catarina, temos números muito baixos no IDEB.
Sergipe	Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável 2020-2030	O plano constrói bases para se desenvolver várias políticas no campo da educação, uma vez que ela é considerada, no plano, um campo essencial para se alcançar em 2030, a sustentabilidade planejada em Sergipe.
São Paulo	Desenvolve SP	Neste projeto a educação não é citada.
Tocantins	Programa Campo Sustentável	A educação aqui ganha o papel de mediadora do debate da sustentabilidade, é previsto palestras, programas, estudos presenciais, remotos por parte da educação ambiental para melhorar o desenvolvimento sustentável.

Fonte: os autores.

Ao analisarmos esta tabela, percebemos que cada um dos estados brasileiros, em consonância com seus municípios, tem se esforçado para garantir, na esfera local, a concretização do desenvolvimento sustentável no país, através de políticas próprias. Além disso, também podem ser vistas como prioridades dentro de cada estado, políticas sustentáveis que visam a geração de renda e o desenvolvimento econômico.

Outro ponto que também deve ser levado em consideração é o papel da educação previsto nestas políticas. Como mostra a tabela, o papel da educação, na maioria dos programas, projetos e políticas destes estados, é visto como estratégia central para se alcançar um incremento econômico e para garantir o desenvolvimento sustentável. Assim, da mesma forma que a Agenda Global de Educação previa a educação como uma ferramenta político-ideológica de expansão, reprodução e acumulação do capital, é notório que essa premissa se estabelece, no Brasil, quando

vemos todos os estados e municípios brasileiros reforçando esta ferramenta em suas políticas regionais.

Usaremos como exemplo dessa premissa, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA 2020-2023, que é um plano coletivo articulado com 9 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e Maranhão. O plano, em uma sessão especial voltada para a educação, defende que a inserção de políticas educacionais para o incentivo ao mercado de trabalho é essencial para o desenvolvimento econômico dos Estados onde este plano deve ser colocado em prática. O documento prevê que:

[...] o investimento na educação técnica, tecnológica, profissional e superior tem um papel importante na formação de recursos humanos qualificados para atender demandas do mercado de trabalho e setor produtivo regional, podendo contribuir para o aumento da produtividade e competitividade regional, com impactos positivos no desenvolvimento regional e fortalecimento da economia nacional. (PRDA, 2020, p. 78).

Assim, percebemos uma valorização do ensino técnico/profissionalizante, voltado para inserção rápida do indivíduo no mercado de trabalho, deixando evidente o perfil do cidadão que estas políticas estão dispostas a formar em nove estados brasileiros: trata-se do perfil do cidadão alienado, acrítico, mero vendedor da sua força de trabalho, como previsto pela Agenda Global de Educação, em suas metas. Entretanto, é preciso destacar que essas concepções de educação para o mercado de trabalho ganharam mais atenção nas últimas décadas, compondo parte do grande projeto de mercantilização da educação, no qual a educação deixa de ser um direito social e passa a ser uma mercadoria a ser vendida e comprada no mercado. Tais concepções estão ancoradas neste movimento de reformas proposto pela Agenda Global de 2030.

Evangelista e Shiroma (2006, p.45), destacam que esta estratégia de cooptação intelectual da classe trabalhadora sempre foi a melhor cartada dos organismos multilaterais, que estão por trás dessas concepções de política educacional, sendo do interesse destes organismos “[...] ocultar os reais determinantes do empobrecimento da maioria da população e administrando eventuais levantes sociais a ele associados”. Esta ideologia, aplicada à educação, justifica-se na medida em que agências internacionais tentam inspecionar a pobreza e seus efeitos, ajudando a impedir conflitos entre a os trabalhadores e aqueles que detêm os meios de produção e exploram o trabalho alheio, para que a ordem social continue a mesma.

Neste sentido, compreendemos que o Brasil tem readequado suas políticas educacionais, a nível nacional e regional, às demandas do desenvolvimento sustentável, recomendado na agenda global de educação 2030. Para Brüseke (1994, p. 18):

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial, quanto a Unesco e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

Todavia, apesar do discurso de conotação positiva, o desenvolvimento sustentável faz parte de um processo de reorganização do capital para cooptar a sociedade e vários setores (educação, meio ambiente, política, saúde etc.), na busca de reverter a extrema queda da taxa de lucro, que ameaça o capital, neste momento de crise econômica.



Portanto, fica visível que a intenção da Agenda Global de Educação e as políticas que visam o desenvolvimento sustentável, não é transformar a realidade, mas mantê-la. De acordo com Jimenez e Mendes Segundo (2007), através do lema da educação como motor da redução da pobreza, o capital controla as estruturas e submete as políticas educacionais à lógica do mercado, cujo princípio fundador é a geração do lucro e não o atendimento às necessidades humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar, sob o fundamento da crítica marxista, o movimento de readequação das políticas educacionais brasileiras, criadas a partir de 2015, às diretrizes da Agenda Global de Educação 2030. Com relação a isso compreendemos, por meio dessa pesquisa, que os países do globo têm se empenhado para efetivar as diretrizes da agenda global 2030, em sua política educacional.

A agenda tem sido uma estratégia do capital para a cooptação da classe trabalhadora por intermédio de um discurso ideológico que oculta a exploração feita pelo capital, uma vez que ela vem mascarar a crise social estrutural e o poder de controle e de expansão que tem o capital sobre a humanidade. Esta alienação acontece em todas as fases da agenda, principalmente nos eixos das suas diretrizes, quando ela determina quais são as necessidades da humanidade e propõe soluções que não apenas beneficiam a expansão do capital, como também evitam futuros conflitos ou reflexões sobre a exploração da classe trabalhadora, pela burguesia.

Em meio aos interesses do capital em aumentar a taxa de acumulação, não se pode deixar de enfatizar o papel previsto para a educação nessas novas políticas, que tem como base a Agenda Global 2030. Assim, como é mostrado na pesquisa, no âmbito de diversos estados e cidades brasileiras, as políticas educacionais têm sido modificadas para atender a necessidade da sustentabilidade, vendo a educação como um campo central para se alcançar as políticas sustentáveis que visam a geração de renda e a expansão da economia.

Neste sentido, da mesma forma que a Agenda Global 2030 previa a educação como uma ferramenta político-ideológica para expansão do capital, é notório que essa premissa tem surtido efeito na esfera nacional, quando vemos todos os estados e municípios brasileiros reforçando a ideia em suas políticas regionais, tratando a educação como esfera encarregada da preparação do indivíduo para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho, com vista à expansão da produção capitalista.

Por consequência, fica claro que a Agenda global 2030 defende uma ideia neoliberal de educação, tendo como única prioridade inserir os jovens e adultos no mercado capitalista, visando a acumulação e a expansão do capital, transformando a educação em uma esfera mercantil de adequação do trabalhador à exploração do capitalismo, mantendo este sujeito como um ser passivo, não crítico e alienado de sua realidade.

Sendo as políticas locais uma forma de alcançar essa unanimidade de reprodução da Agenda Global, não é coincidência que o Brasil, em pouco tempo, conseguiu instalar, no âmbito de sua de sua política educacional e sem oposições, as concepções do projeto de mercantilização da classe burguesa, empresarial capitalista, como prioridade no país, uma vez que grande parte das mudanças e da criação de novas políticas educacionais de interesse internacional estão camufladas nas diretrizes e metas do PNE, que é o principal espelho da Agenda Global 2030. Assim, essas mudanças e diretrizes da Agenda têm sido incorporadas em diversos planos e leis

educacionais brasileiras, pautando-se no discurso de suprir as necessidades básicas para a educação.

Portanto, fica evidente que a real intenção da Agenda Global de Educação, ao modificar as políticas educacionais, em esfera nacional e regional, é agir em benefício do capital. Essas diretrizes não visam a transformação da realidade, mas mantê-la. Através do lema da educação como motor da redução da pobreza, o capital tem controlado as estruturas sociais e submetido às políticas de educacionais à lógica excludente do mercado.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, v. 28, p. 77-89, 2002.

AMADO, M. V.; VASCONCELOS, C. Educação para o desenvolvimento sustentável em espaços de educação não formal: a aprendizagem baseada na resolução de problemas na formação contínua de professores de ciências. **Revista Interações**, v. 39, p. 355-367 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1994.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Semana de Ação Mundial 2017**. São Paulo: CNDE, 2017, 41 páginas.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CURY, C.J. Lei de diretrizes e bases e perspectivas da educação nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 1998.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global**. Revista de Educação PUC - Campinas, n. 20, p. 43- 54, jun. 2006.

FREITAS, Mário. Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 41, n. 1, p. 133-147, 2006.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: Notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 28, p. 119-137, jan./jun. 2007.

LUKÁCS. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MINTO, Lalo Watanabe. **Teoria do Capital Humano**. 2008. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teorias\\_do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm). Acesso em: 26/01/2009.

MOTTA, Vânia Cardoso. **Mudanças no pensamento sobre desenvolvimento: o novo desenvolvimentismo brasileiro**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., 2011. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2011. Disponível: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1419>. Acesso em: 25 mar. 2022.

NOVICKI, Victor. Educação para o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis? **Linhas Críticas**, v. 15, n. 29, p. 215-232, 2009.

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-20123 / **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**. - 1ª ed. amp. - Belém: SUDAM, 2020. 235 p.

RODRIGUES, Raimundo Nonato et al. Controle externo e privatização: estudo multicaso a partir das auditorias do TCE-PE. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2007.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 693-714, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Rosa María. **Tendências da formação docente nos anos 90**. In: WARDE, M. J. (Org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 173-191.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014:** documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por). Acesso em: 23 de ago. de 2021.

UNESCO. **Declaração de Incheon:** rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2016. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por). Acesso em: 25 de abr. de 2021.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** Objetivos de aprendizagem, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

**Submetido em:** dezembro de 2022

**Aprovado em:** março de 2023